



**Relatório da Diretoria**  
 Senhores Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras, auditadas pela KPMG Auditores Independentes Ltda., relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos julgados necessários.  
 Sumaré, 04 de abril de 2023

**Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Ativo Circulante	Nota	Balanço patrimonial			Nota	Passivo e patrimônio líquido Circulante			Nota	Demonstração do resultado			Nota	Demonstração do fluxo de caixa		
		2022	2021	2021		2022	2021	2022		2021	2022	2021		2022	2021	
Caixa e equivalentes de caixa	4	84.521	50.823		10	203.450	126.294		18	1.699.233	1.235.520					
Contas a receber de clientes	5	206.207	140.507		11	50.719	123.739		19	(1.188.398)	(860.940)				189.471	97.811
Estoques	6	123.630	76.876		12	27.822	20.570			510.835	374.580					
Mútuos com partes relacionadas	7	865	10.948		13	9.615	6.529			(310.585)	(233.260)					
Lucro a recuperar	8	40.228	29.451		14	11.177	6.945			(55.274)	(40.271)					
Tributos a Recuperar- CSL/IRPJ	8	28.813	4.960							(54.840)	(9.205)					
Outros créditos		3.029	3.917			333.945	303.234			(311.019)	(264.525)					
<b>Não circulante</b>		<b>487.293</b>	<b>317.482</b>							<b>199.816</b>	<b>110.055</b>					
Empréstimos e financiamentos					11	308.795	124.477			(66.728)	(18.012)					
Provisões para processos judiciais					15	9.069	9.090			53.856	4.556					
Tributos a recolher					13	404	383			2.527	1.212					
Imposto de renda e contribuição social diferidos					16	19.341	20.856			(10.345)	(12.245)					
Outros passivos						3.142	44									
<b>Total do passivo</b>						<b>340.751</b>	<b>154.850</b>			<b>189.471</b>	<b>97.811</b>					
<b>Patrimônio líquido</b>						<b>674.696</b>	<b>458.084</b>			<b>17.321</b>	<b>(13.971)</b>					
Capital social					17	81.423	81.423			(17.321)	(13.971)					
Reserva de capital						262	262			1.514	(2.021)					
Ajustes de avaliação patrimonial						25.979	26.763			173.664	81.819					
Reserva de lucros						264.207	143.670									
Total do patrimônio líquido						<b>371.871</b>	<b>252.118</b>									
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>						<b>1.046.567</b>	<b>710.202</b>									

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstração das mudanças no patrimônio líquido**

Em 31 de dezembro de 2020	Reserva de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial	Total do Patrimônio líquido
	Capital	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais acumulados		
Constituição de reserva de incentivo	81.423	262	1.035	95.013	21.363	27.566
Realização do custo atribuído, líquido do efeito tributário	-	-	-	33.710	(33.710)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	803	803
Destinação do lucro:						
Dividendos	-	-	-	-	(46.808)	(46.808)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(9.555)	(9.555)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>81.423</b>	<b>262</b>	<b>1.035</b>	<b>128.723</b>	<b>13.112</b>	<b>26.763</b>
Constituição de reserva de incentivo	-	-	-	38.154	(38.154)	-
Realização do custo atribuído, líquido do efeito tributário	-	-	-	-	784	(784)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	173.664	173.664
Destinação do lucro:						
Dividendos	-	-	-	-	(38.639)	(38.639)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(15.272)	(15.272)
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>81.423</b>	<b>262</b>	<b>1.035</b>	<b>166.877</b>	<b>96.295</b>	<b>25.979</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

**1. Contexto operacional**

O Pastificio Selmi S.A. ("Companhia") tem como atividades preponderantes a industrialização e a comercialização de produtos alimentícios, destacadamente massas, biscoitos, azeite, queijo, outros derivados de leite. Possui instalações industriais nas cidades de Sumaré - SP e Rolândia - PR, sendo a primeira a sede da Companhia. A Companhia possui participação societária da totalidade das quotas da empresa Selmi Participações Imobiliárias Eireli que foi constituída com o objetivo de controle e gestão de ativos imobiliários do grupo e possui substancialmente terrenos registrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

**2. Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Essas demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o "custo atribuído" de terrenos, edificações e benfeitorias, máquinas e equipamentos e veículos na data de transição para os CPCs. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos, como instrumentos financeiros, mensurados pelo valor justo. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia, em 04 de abril de 2023. **2.2 Sumário das principais práticas contábeis:** A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022. **a. Receita:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência dos exercícios. A Companhia reconhece suas receitas seguindo as 5 etapas trazidas pelo CPC 47, que resumidamente consistem em: (i) Identificação do contrato: Esta etapa consiste em identificar o contrato ou contratos para fornecimento de bens ou serviços para os clientes, que podem ser escritos, verbais ou implícitos de acordo com as práticas comerciais usuais da entidade. Outro ponto relevante é que contrato de cliente precisa atender também 4 critérios: (a) Reconhecimento da contraprestação é provável; (b) O contrato tem que possuir substância comercial; (c) Poder identificar os direitos aos bens ou serviços e condições de pagamento; e (d) Um contrato existe se as partes estão comprometidas com suas obrigações, ou seja, se foram aprovadas. (ii) Identificação das obrigações de desempenho descritas no contrato: Nesta etapa, a entidade identifica todos os bens prometidos e avalia se esses bens constituem obrigações de desempenho separadas, ou seja, com múltiplos entregáveis. Se esses bens são distintos, as promessas são obrigações de desempenho e são contabilizadas separadamente. Para avaliação da existência ou não de bens distintos utiliza-se dois critérios. O primeiro critério diz respeito ao benefício que o cliente pode ter por conta própria ou em conjunto com recursos que já estão prontos e disponíveis para ele. O segundo critério que deve ser observado é a identificação separada de cada uma das promessas descritas no contrato. (iii) Determinação do preço da transação: Nesta etapa determina-se o montante que uma entidade tem direito em troca da transferência de bens para um cliente excluindo os valores cobrados em nome de terceiros, como alguns impostos sobre vendas por exemplo. A contraprestação prometida em um contrato pode incluir valores variáveis, fixos, ambos ou uma contraprestação que não seja dinheiro. A contraprestação variável leva em conta: descontos, créditos, concessões de preço, devoluções, bônus, outros incentivos comerciais. (iv) Alocação do preço da transação: Nesta etapa, após definição do preço da transação, deverá alocar esse preço a cada obrigação de desempenho que foi identificada na segunda etapa prevista na norma na proporção do seu preço de venda independente, que pode ser entendido como um preço observável de vendas do bem para clientes em situação semelhante. (v) Reconhecimento da receita: A receita de uma venda deve ser reconhecida quando a entidade vendedora cumpre sua obrigação de desempenho pela transferência dos bens prometidos ao cliente. A norma esclarece que ativos são transferidos ao cliente quando (ou na medida em que) o cliente obtém controle sobre o ativo, ou seja, quando o cliente tem a capacidade de direcionar seu uso e obter os benefícios remanescentes do ativo. Portanto, quando o cliente obtém o controle do ativo objeto do contrato de venda, a obrigação de desempenho é satisfetida e a receita passa a ser reconhecida. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Transações em moeda estrangeira são reconhecidas inicialmente pela Companhia pela taxa de moeda funcional vigente na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para moeda Real utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de conversão na data inicial da transação. **c. Instrumentos financeiros: (v) Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, com base em seu desempenho no curso amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultam da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Os ativos financeiros da Companhia incluem: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, mútuos com partes relacionadas (subsidiária), outros ativos e depósitos judiciais. Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis em 90 dias a partir de sua emissão, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor. Contas a receber de clientes referem-se a valores a receber de clientes e estão reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. Créditos com partes relacionadas - referem-se a empréstimos feitos aos acionistas, sobre os quais incidem juros remuneratórios correspondentes a variação da TJLP. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: (a) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida). (b) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida). (c) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais). (d) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tinha ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida). A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (a) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais. (b) Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado incluem duplicatas a receber, contas a receber, créditos com partes relacionadas, e outros ativos financeiros registrados como outros créditos no ativo circulante e não circulante. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge

eficazes. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. **Desreconhecimento (baixa):** Um ativo financeiro continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia reconhece as perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma complementação para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece as perdas com base em perdas de crédito esperadas vitais em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. Divulgações adicionais referentes a redução ao valor recuperável das contas a receber de clientes são também fornecidas na nota explicativa 5. (ii) **Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, financiamentos com terceiros e partes relacionadas. **Mensuração subsequente:** A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: **Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraiados e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraiados, sujeitos a juros. Para mais informações, vide nota 11. **Desreconhecimento (baixa):** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. (iii) **Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

**2.3 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem os custos com matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização e o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos dos custos estimados de conclusão dos produtos e os custos estimados necessários para efetuar a venda. A provisão para obsolescência é contabilizada levando-se em conta parâmetros predefinidos que consideram o prazo de permanência dos itens em estoque. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

**2.4 Imobilizado:** Terrenos e edificações e benfeitorias compreendem principalmente as fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para CPCs, como mencionado na Nota 2.1. O custo histórico inclui os ganhos diretamente atribuíveis a aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos e baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em despesas de manutenção e não afetam o custo do ativo fixo.

**2.5 Intangível:** Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que possuem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A marca registrada no ativo intangível da Companhia possui vida útil indefinida, portanto não é possível determinar sua amortização, sendo submetida a teste anual para análise de eventual perda do seu valor recuperável. **2.6 Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos a

amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos a amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Esse último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. **2.7 Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: a) Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. **2.8 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelecem provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação dos prejuízos fiscais, das bases negativa de contribuição social e das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. **2.9 Classificação corrente versus não corrente:** Os ativos e passivos são registrados no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretenda-se que seja vendido ou consumido no decorrer normal do ciclo operacional da entidade. • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado. • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço. • É caixa ou equivalente de caixa. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade. • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado. • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço. • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais passivos são classificados no não circulante. Os ativos fiscais diferidos são classificados no ativo não circulante. **2.10 Outros ativos e passivos:** Os ativos são demonstrados pelos valores realizáveis e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias. Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, quando aplicável. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente. **2.11 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, ou quando são aprovadas para distribuição antecipada, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas controladores. **2.12 Pronunciamentos técnicos que passaram a vigorar durante 2022:** Os pronunciamentos e interpretações contábeis que entraram em vigor no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não geraram alterações significativas nas demonstrações financeiras em relação àquelas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício anterior apresentadas para fins de comparabilidade.

**Novos requerimentos atualmente em vigor**

**Data efetiva**

**Novas normas ou alterações**  
 Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06/IFRS 16)  
 Contratos Onerosos Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)  
 Melhorias anuais para normas IFRS 2018-2020  
 Imobilizado Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16)  
 Referências à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3)  
 ao CPC 15/IFRS 3

**2.13 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** As novas normas e interpretações ou alterações de normas emitidas, mas que ainda não entraram em vigor, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar as respectivas normas e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor.

**Futuros requerimentos**

**Data efetiva**

**Novas normas ou alterações**  
 Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8)  
 IFRS 17 Contratos de Seguro, e alterações à IFRS 17 Contratos de Seguro Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Demonstração Prática 2)  
 Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23/IAS 8)  
 Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12)  
 Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto (Alterações na IFRS 10 e na indetermiado(i) IAS 28)  
 (i) A data efetiva dessas alterações foi diferida por tempo indeterminado. A adoção antecipada continua sendo permitida somente para IFRS.

**3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentaram um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão substancialmente relacionadas com as provisões para processos judiciais (Nota 15), prazo de realização de impostos de rendas e contribuição social diferidos (Nota 16), mútuos com partes relacionadas (Nota 7) e vida útil dos ativos imobilizados (Nota 9).

**9. Imobilizado**

	Edificações e Terrenos	benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Total em Outros	Obras em operação	andamento	Total
--	------------------------	--------------	-------------------------	----------	---------------------	-----------------	-------------------	-----------	-------

**Em 1º de janeiro de 2021**  
 Saldo inicial 18.722 86.877 120.299 5.350 1.172 1.415 233.835 45.103 278.938  
 Aquisição - 2.426 6.129 1.610 165 698 11.028 95.517 106.545  
 Alienação - (78) (79) 22 - (135) (2.639) (2.773)  
 Depreciação - (2.847) (13.153) (1.426) (158) (490) (18.074) (18.074)  
**Saldo contábil, líquido 18.722 86.378 113.196 5.556 1.179 1.623 226.654 137.982 364.636**

**Em 31 de dezembro de 2021**  
 Custo total 18.722 120.966 267.383 20.102 3.909 6.839 437.921 137.982 575.903  
 Depreciação acumulada - (34.588) (154.187) (14.546) (2.730) (5.216) (211.267) (211.267)  
**Saldo contábil, líquido 18.722 86.378 113.196 5.556 1.179 1.623 226.654 137.982 364.636**

**Em 1º de janeiro de 2022**  
 Aquisição 138 1.206 1.910 312 884 4.450 107.306 111.756  
 Alienação - (557) (25)



continuação

Modalidade	Encargos		2022	2021
	Taxa	Indexador		
Certificado de recebíveis do Agronegócio - (CRA)	2,25% a.a	CDI	-	51.392
Certificado de recebíveis do Agronegócio - (CRA)	6,31% a.a	IPCA	233.315	-
Nota de Crédito Exportação - NCE	3,5% a.a	CDI	30.748	30.607
Financiamento de máq. e equipamentos - FINAME e FINEM	7,0% a.a.	Pré	3.159	7.220
	2,70% a			
	3,00%			
Capital de Giro	2,80% a.a.	CDI	92.292	158.997
<b>Total</b>			<b>359.514</b>	<b>248.216</b>
Circulante			<b>50.719</b>	<b>123.739</b>
Não circulante			<b>308.795</b>	<b>124.477</b>

A Companhia possui obrigação contratual com a manutenção de indicadores financeiros devido ao encerramento do exercício societário, além de *covenants* não financeiros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia está adimplente com essas obrigações, portanto sem a necessidade de ajustes nas demonstrações financeiras. Os montantes dos empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2022	2021
2022	-	-
2023	12.903	-
2024	33.800	-
Após 2024	312.811	123.739
	<b>359.514</b>	<b>123.739</b>

Os empréstimos e financiamentos são garantidos pelos próprios bens financiados, por contas a receber de clientes e por avais dos acionistas da Companhia. **Certificados Recebíveis do Agronegócio (CRA):** Durante o exercício a Companhia realizou a emissão de um CRA, Oferta Pública de Distribuição dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio em Série Única da 18ª (Décima Oitava) Emissão da True Securitization S.A., lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio devidos pela Companhia, no valor de R\$218.414.000,00 com prazo de 06 anos para pagamento e taxa de IPC-A + 6,3104%. A Companhia também obteve atribuição de Rating A+(bra) da Fitch Ratings, com perspectiva estável, sendo esta a classificação para a emissão e segue até hoje. **Movimentação dos empréstimos e financiamentos:** A tabela a seguir demonstra as amortizações e captações durante o exercício:

	2022	2021
<b>Saldo inicial</b>	<b>248.216</b>	<b>248.850</b>
Captações	289.224	75.227
Provisão de encargos	(46.490)	(16.009)
Amortização do principal	(190.433)	(77.957)
Pagamento de juros	(33.983)	(13.913)
Saldo final	<b>359.514</b>	<b>248.216</b>

	2022	2021
<b>12. Salários e encargos sociais a pagar</b>		
INSS	5.904	4.484
FGTS	1.356	1.286
Férias a pagar	9.563	8.353
Bônus e participação nos lucros	4.530	2.441
Salários	6.469	4.006
	<b>27.822</b>	<b>20.570</b>

	2022	2021
<b>13. Tributos a recolher</b>		
Impostos federais	1.699	2.332
Impostos federais - Imposto de renda e contribuição social	4.047	1.635
Impostos estaduais	3.197	2.040
Parcelamento de impostos	996	803
Outros	90	102
	<b>10.019</b>	<b>6.912</b>
<b>Circulante</b>	<b>9.615</b>	<b>6.529</b>
<b>Não circulante</b>	<b>404</b>	<b>383</b>

**14. Dividendos a pagar**  
A movimentação dos saldos de dividendos a pagar no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é demonstrada abaixo:

	2022	2021
<b>Em 1º de janeiro</b>	<b>6.945</b>	<b>3.674</b>
Dividendos compensados e pagos	(22.858)	(3.081)
Dividendos apropriados	27.090	6.352
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>11.177</b>	<b>6.945</b>

**15. Provisões para processos judiciais**  
A provisão para processos judiciais é constituída com base na opinião dos nossos consultores jurídicos internos e externos, em montante considerado suficiente para cobrir perdas que possam advir do desfecho desfavorável de questões tributárias, trabalhistas e cíveis em andamento, as quais, quando aplicável, estão amparadas por depósitos judiciais. Os depósitos judiciais e a correspondente provisão para processos judiciais possuem a seguinte composição:

	2022	2021
<b>Tributárias e previdenciárias</b>	<b>9.587</b>	<b>1.324</b>
Adição	524	753
Reversão	(2.749)	(349)
<b>Cíveis e outras</b>	<b>7.362</b>	<b>1.728</b>
Adição	170	170
Reversão	(804)	613
<b>Total</b>	<b>6.728</b>	<b>2.341</b>

As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração consoante legislação vigente e amparadas pela opinião de seus consultores jurídicos e correspondem principalmente a: **a. Trabalhistas e previdenciárias:** Consistem, principalmente, em reclamações de empregados pleiteando verbas indenizatórias diversas. **b. Cíveis e outras:** Correspondem substancialmente a reclamações de terceiros por perdas e danos. **c. Contingências possíveis não provisionadas no balanço:** A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios. Adicionalmente, a Companhia tem ações de naturezas tributária, civil e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2022	2021
Tributárias (i)	16.218	22.114
Trabalhistas e previdenciárias (ii)	12.982	12.428
Cíveis e outras (iii)	2.331	3.152

(i) Tributárias: referem-se principalmente a: autos de infração lavrados pela Fazenda do Distrito Federal por meio do qual está sendo imputado à empresa o pagamento de ICMS pelo regime de apuração. (ii) Trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de empregados pleiteando verbas indenizatórias diversas. (iii) Cíveis e outras - correspondem, substancialmente, a reclamações de terceiros por perdas e danos. **d. Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, referem-se a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionados. O saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2022 é de R\$663 (R\$849 em 2021) e está classificado na rubrica "Depósitos judiciais", no ativo não circulante. Considerando que a Companhia não possui a disponibilidade econômica e jurídica dos depósitos judiciais, esses valores são mantidos pelos seus respectivos valores históricos até o desfecho final do respectivo processo.

	2022	2021
1º de Janeiro	849	1.195
Adições	89	54
Baixa	(275)	(401)
<b>Total</b>	<b>663</b>	<b>849</b>

**Ricardo Oliveira Selmi**  
Diretor Presidente

**Aos Conselheiros e Diretores da Pastifício Selmi S.A.** Sumaré - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Pastifício Selmi S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pastifício Selmi S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é

**16. Imposto de renda e contribuição social**

**a. Impostos de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os valores de compensação são os seguintes:

	2022	2021
Ajuste de avaliação patrimonial	(13.362)	(13.786)
Diferenças de taxas de depreciação (vida útil)	(15.665)	(15.638)
Provisão para processos judiciais	3.083	3.091
Provisão para perdas esperadas de créditos	318	597
Provisão para perdas nos estoques	457	321
Provisão para honorários advocatícios	1.603	-
Outras diferenças temporárias	4.345	4.559
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, líquidos</b>	<b>(19.341)</b>	<b>(20.856)</b>

A movimentação líquida da conta de imposto de renda diferido é a seguinte:

	2022	2021
Em 1º de janeiro	(20.856)	(18.835)
Movimentação	(1.514)	(2.021)
Em 31 de dezembro	<b>(19.341)</b>	<b>(20.856)</b>

O passivo de imposto de renda diferido reconhecido em 2022 no montante de R\$13.382 (R\$13.783 em 2021), refere-se ao efeito tributário do custo atribuído ainda não realizado pela Companhia (*deemed cost*) do montante de R\$39.359 (R\$40.546 em 2021). Ainda, os montantes de R\$15.665 (R\$15.638 em 2021), refere-se às diferenças entre as taxas de depreciação utilizadas para fins fiscais e aquelas calculadas de acordo com as vidas úteis dos bens, utilizadas para fins contábeis. Abaixo é apresentado a conciliação entre o lucro contábil e a despesas de imposto de renda e contribuição social:

	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	189.471	97.811
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes - 34%	(59.228)	(30.007)
Juros sobre o capital próprio	5.192	3.249
Imposto fiscal (Lei do bem e subvenção investimento)	12.973	11.461
Diferenças permanentes (processo não tributável do IRPJ e CSLL)	28.448	-
Diferenças permanentes (outras)	(3.192)	(695)
Despesa	<b>15.807</b>	<b>15.992</b>
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	<b>(15.807)</b>	<b>(15.992)</b>
Alíquota efetiva	<b>8,34%</b>	<b>16,35%</b>

**17. Patrimônio líquido**  
**a. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social está dividido em 1.177.016 ações ordinárias nominativas, totalmente subscrito e integralizado, sem valor nominal, distribuídas como segue:

	Ações
Paradela Participações S.A.	359.964
Selpar Participações S.A.	359.963
Ricardo de Oliveira Selmi	86.391
Piccionara Participações Ltda.	176.550
Zigurate Participações Ltda.	194.148
	<b>1.177.016</b>

**b. Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio:** O Estatuto Social assegura aos acionistas o direito a dividendo mínimo de 5% sobre o lucro líquido do exercício, calculado nos termos da legislação societária. Em 2022 foram pagos aos acionistas, a título de dividendo ao ano de 2021, o montante de R\$ 13.286 (R\$ 8.606 em 2021). A Administração da Companhia aprovou a distribuição a seus acionistas de juros sobre capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório, no montante de R\$15.272 (R\$9.555 em 2021).

	2022	2021
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>173.664</b>	<b>81.819</b>
Realização do custo atribuído, líquido do efeito tributário	784	802
Constituição de reserva legal	-	-
<b>Base de cálculo dos dividendos</b>	<b>174.448</b>	<b>82.621</b>
<b>Dividendos</b>	<b>(24.728)</b>	<b>(25.445)</b>
Do exercício	(15.272)	(9.555)
Juros sobre o capital próprio	<b>40.000</b>	<b>35.000</b>

**Porcentagem dos dividendos sobre o lucro líquido do exercício**  
**c. Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. **d. Reserva de lucros:** Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da reserva de lucros remanescentes é de R\$ 96.295. **e. Reserva de incentivos fiscais:** A reserva de incentivos fiscais refere-se aos benefícios advindos pela subvenção para investimento, conforme Lei Complementar 160/17.

**18. Receita**  
A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2022	2021
Receita bruta de venda e revenda de Massas	1.144.243	819.592
Receita bruta de venda e revenda de Biscoito	475.518	330.478
Receita bruta de venda e revenda de Empacotamento	118.089	107.661
Receita bruta de venda e revenda de Instantâneo	149.587	109.195
Receita bruta de venda e revenda de Bolos	27.405	17.813
Receita bruta de venda e revenda de Outros	1.421	1.505
<b>Total receita Bruta</b>	<b>1.916.263</b>	<b>1.386.244</b>
Impostos sobre vendas	(164.099)	(110.688)
Devolução de vendas	(31.023)	(23.653)
Desconto sobre vendas	(21.908)	(16.383)
Receita líquida	<b>1.699.233</b>	<b>1.235.520</b>

**19. Despesas por natureza**

	2022	2021
Matéria-prima aplicada	949.233	642.585
Custo de venda	55.400	46.922
Gastos gerais de fabricação	105.440	101.826
Salários e ordenados	134.053	112.823
Depreciação	19.264	17.596
Serviços profissionais por terceiros	87.740	70.593
Despesas com fretes	99.608	70.054
Despesas com funcionários (PAT, reclamações trabalhistas)	11.919	6.046
Despesas com veículos	10.106	6.538
Despesas com viagens	6.810	5.345
Despesas com aluguel	8.327	4.657
Serviços de telecomunicação	756	684
Despesas tributárias	15.986	14.526
Receita tributária	(54.840)	(9.006)
Tablóides	30.217	22.489
Outros	14.777	12.097
	<b>1.499.417</b>	<b>1.125.465</b>

**Diretoria**  
**Ricardo Caveanha Bizigatto**  
Diretor Financeiro

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**  
suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser

	2022	2021
Custo das vendas	1.188.398	860.940
Despesas com venda	310.585	233.260
Despesas gerais e administrativas	55.274	40.271
Outras receitas líquidas	(54.840)	(9.005)
	<b>1.499.417</b>	<b>1.125.465</b>

**20. Resultado financeiro**  
**Despesas financeiras**  
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)  
Taxas e comissões bancárias  
Juros sobre empréstimos e financiamentos  
Outros  
Instrumentos Financeiros derivativos  
**Total das despesas financeiras**  
**Receitas financeiras**  
Rendimentos e aplicações financeiras  
Juros sobre mútuo com empresas relacionadas  
Descontos obtidos  
Juros por atualização monetária  
Instrumentos Financeiros derivativos  
**Total das receitas financeiras**  
**Variação cambial**  
Variações cambiais ativas  
Variações cambiais passivas  
**Variação cambial, líquida**  
**Resultado financeiro**

	2022	2021
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(468)	(90)
Taxas e comissões bancárias	(11.388)	(1.003)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(46.490)	(16.008)
Outros	(4.252)	(911)
Instrumentos Financeiros derivativos	(4.130)	-
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(66.728)</b>	<b>(18.012)</b>
Rendimentos e aplicações financeiras	13.652	2.568
Juros sobre mútuo com empresas relacionadas	151	953
Descontos obtidos	304	362
Juros por atualização monetária	37.507	673
Instrumentos Financeiros derivativos	2.242	-
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>53.856</b>	<b>4.556</b>
Variações cambiais ativas	6.736	4.546
Variações cambiais passivas	(4.209)	(3.334)
<b>Variação cambial, líquida</b>	<b>2.527</b>	<b>1.212</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(10.345)</b>	<b>(12.245)</b>

O saldo de juros por atualização monetária de R\$ 37.507, inclui e refere-se majoritariamente a atualização dos créditos tributários reconhecidos e divulgados na nota explicativa nº 8.

**21. Gestão de risco financeiro**  
**Fatores de risco financeiro**  
As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo) e risco de crédito. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela tesouraria que identifica, avalia e protege a Companhia

	Risco	Taxa em 31/12/2022	Taxa cenário provável (a)	Exposição (USD)	Exposição (BRL)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Aplicações financeiras	Queda da CDI	12,47%	13,58%	80.856	10.980	8.325	5.490	
Empréstimos e financiamentos	Alta da CDI	12,47%	13,58%	(122.350)	(16.615)	(20.769)	(24.923)	
<b>Efeito</b>				<b>(41.494)</b>	<b>(5.635)</b>	<b>(12.534)</b>	<b>(19.433)</b>	

	Risco	Taxa em 31/12/2022	Taxa cenário provável (a)	Exposição (USD)	Exposição (BRL)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Aplicações financeiras	Queda da CDI	9,15%	12,16%	33.864	4.118	3.088	2.059	
Empréstimos e financiamentos	Alta da CDI	9,15%	12,16%	(189.448)	(23.037)	(28.796)	(34.555)	
<b>Efeito</b>				<b>(155.584)</b>	<b>(18.919)</b>	<b>(26</b>		